

OPINIÃO

EDITORIAL

Dívida Pública

Superávit tem meta consolidada

Os técnicos do Banco Central (BC) comemoraram os dados de que a dívida líquida do setor público em junho alcançou 50,3% em relação ao Produto Interno Bruto. Em maio, essa mesma relação atingiu 50,6% do PIB. O resultado de junho, como proporção do produto, é o mais próximo do registrado em abril de 2001, quando alcançou 49,95% do PIB. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, insistiu em que o importante nestes números é a indicação de uma "outra dinâmica para a dívida, em trajetória cadente". Em dezembro de 2005, a dívida líquida correspondia a 51,5% do PIB.

A previsão do BC é otimista para o final de 2006, ao estimar um déficit nominal, incluído o pagamento dos juros, de 3,3% do PIB. No ano passado esse número alcançou 3,78% do produto. É conquista relevante. Baseado nesta previsão, Lopes admitiu que o banco trabalha com a expectativa de fechar o ano com a dívida líquida em 50,3% do PIB. O quadro mudou a ponto de Altamir Lopes afirmar que a queda da relação dívida/PIB confirma que o superávit primário obtido pelo setor público, apesar de todos os incidentes de percurso,

"está em nível adequado". O alvo da análise é a meta de 4,25% de superávit primário.

No primeiro semestre de 2005, o resultado primário de todo o setor público foi de R\$ 59,95 bilhões, o que representou superávit de 6,53% do PIB. Nos primeiros seis meses deste ano, este mesmo resultado foi de R\$

Para BC, dívida líquida em relação ao PIB está em "trajetória cadente", apesar da expansão do gasto ser maior que a da receita neste ano

57,15 bilhões, o correspondente a 5,77% do PIB estimado para o período. Em ano eleitoral, governos estaduais e municipais acompanharam o federal e também elevaram seus gastos. De janeiro a junho, pelos números do BC, o superávit primário dos estados e municípios atingiu 1,17% do PIB, quando no mesmo período de 2005 foi de 1,49% do produto. A União, por sua vez, reduziu seu superávit de 4,40% do PIB para 3,89%, na mesma comparação.

Apesar do aumento de gastos dos governos federal, estadual e

municipal, a estimativa de superávit primário continua dentro da meta por duas razões: melhor desempenho das empresas estatais neste ano em relação ao anterior e um forte crescimento da capacidade de arrecadação. No caso do governo federal a constatação preocupa, pois a receita líquida do Tesouro Nacional aumentou 11,2% no primeiro semestre deste ano em relação a idêntico período de 2005, mas as despesas cresceram 14,1%. Foram estes gastos que prejudicaram a relação dívida/PIB no setor público.

Os gastos do governo central foram explosivos em alguns itens. Por exemplo, o INSS apresentou um déficit de 1,75% do PIB no primeiro semestre de 2005 e de 1,92% no mesmo período de 2006. A situação só não saiu do controle porque as empresas estatais, que alcançaram um superávit de 0,64% do PIB entre janeiro e junho de 2005, neste mesmo período de 2006 atingiram 0,71%.

O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawal, afirmou que o superávit acumulado em 12 meses poderá, em algum mês, ficar abaixo da meta de 4,25% do PIB, mas isto não o preocupa porque a meta "é para

o final do ano". Kawal insistiu em que as despesas estão dentro das previsões, assegurando que, se as despesas superarem a receita, "ajustes serão feitos".

O governo trabalha com a expectativa de redução de gastos no segundo semestre, inclusive pelos limites impostos pela lei eleitoral. Porém, Kawal enfatizou que a receita bruta do Tesouro neste semestre foi de 21,02% do PIB, ante 20,67% no ano passado. Kawal disse que os impostos que mais contribuíram para esta expansão foram o IPI sobre automóveis, IR de pessoas físicas e jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O resultado das contas públicas sustenta, portanto, a previsão de cumprimento da meta de superávit neste ano, repetem os analistas. Porém, a certeza não é a mesma para 2007. O reajuste dos servidores públicos (despesa permanente que não poderá ser reduzida) e o aumento de 16,6% no salário mínimo, que atinge as contas da Previdência, geram intranquilidade quanto à obtenção da meta. Mas isto é outra história, que fica para ser contada depois das eleições.